



ACÇÃO SOCIALISTA

SUPLEMENTO

ANTÓNIO COSTA MOBILIZAR PORTUGAL



É preciso que o PS seja uma verdadeira alternativa

António Costa não se conforma com vitórias pequenas. Por isso, defende que o PS precisa de conseguir dar aos portugueses um suplemento de confiança, para transformar a grande maioria do contra que se formou no país numa grande maioria que assegure a governabilidade.



Qual a principal razão que deve levar os militantes e simpatizantes a votar em si para candidato socialista a primeiro-ministro?

É preciso dar força ao nosso partido para que ele possa ser uma verdadeira alternativa ao Governo da direita e não apenas um fator de alternância. Isso passa pelo PS conseguir dar aos portugueses o suplemento de confiança que eles precisam, e estão à espera, para transformar a grande maioria do contra que se formou em Portugal numa grande maioria que assegure a governabilidade. Os resultados das eleições europeias indicam que há ainda um longo e difícil caminho a percorrer para conseguirmos. Os portugueses estão à espera do PS, de um PS com um rumo certo e que transmita confiança às pessoas, não estão dispostos a passar mais cheques em branco. Estão à espera de alguém que, por força da experiência política e do que foi fazendo ao longo da vida, das marcas que deixou por onde passou, seja capaz de ser esse suplemento de confiança de que precisam. Não nos podemos conformar com vitórias pequenas, em fazer parte de um futura solução de governo. O PS tem de ser a solução de governo. Disponibilizo-me perante os meus camaradas de partido e perante o país para liderar esse processo, porque, em consciência, entendi que

essa era a melhor forma de servir o PS e servir Portugal.

Que balanço faz do contacto que tem mantido com a família socialista, no âmbito da campanha para as primárias?

Um balanço magnífico. Tenho ouvido muitos camaradas nossos, pelo país fora, virem ter comigo para dizer que, com a minha candidatura, o PS voltou! Os socialistas e os simpatizantes do PS têm recebido esta candidatura Mobilizar Portugal com muito entusiasmo e, mais do que com muita esperança, com muita confiança. Por todo o país me dão conta que muitos socialistas que andavam afastados do partido estão a regressar e todos os dias encontro jovens e menos jovens, novos militantes e antigos militantes, a manifestar o seu apoio das formas mais diversas. O PS quer reencontrar-se consigo mesmo, assumir toda a sua história, valorizar o que de bom foi feito, não voltar a cometer erros que, com certeza, cometemos. Sabe?, é bom que se saiba que o PS não tem donos, é de todos os militantes, é o partido fundador da Democracia. Sendo eu um velho militante, desde os meus 14 anos, confesso que esta campanha tem sido para mim muito emocionante, o nosso PS está bem vivo e desejoso pela mudança, porque tem a consciência que a mudança que o país precisa implica também,

neste momento, uma mudança no partido.

Quais as linhas-mestras do seu projeto de governo?

São as que constam da moção que apresentei e assentam em três pilares: uma agenda para a década, que trace um rumo para o país, muito para lá do curto prazo e que permita que quando comemorarmos os 50 anos do 25 de Abril o façamos com a satisfação de termos resolvido definitivamente alguns dos problemas estruturais do país. Uma agenda dividida em quatro grandes temas: a valorização dos nossos recursos, as pessoas, o território, a Língua, a diáspora portuguesa; a modernização do tecido empresarial e do Estado; o investimento na Educação, na Cultura e na Ciência, como factores de futuro; o reforço da coesão social. Por outro lado, defendo a execução de um Programa de Recuperação da Economia. Depois da operação de choque de que foi alvo, Portugal precisa daquilo a que tenho designado por um programa de "fisioterapia" e de vitaminização do músculo da sua economia. Terceiro pilar, uma nova atitude na Europa, que passa por reafirmar a opção europeia, sim, mas sabendo que temos de estar na Europa numa perspectiva de defender o nosso interesse nacional, como aliás fazem todos os outros Estados membros. Isso implica uma

nova leitura do Tratado Orçamental e a correcção das assimetrias que a actual arquitectura da moeda única gera. Isso significa saber estar sempre do lado certo na Europa.

Face aos constrangimentos orçamentais e metas comprometidas para o défice, como poderão ser adotadas medidas para impulsionar o crescimento económico?

Apesar da sucessiva adoção de doses maciças de austeridade, não foi deste modo que se reduziu a dívida pública, que cresceu sempre com este Governo. Por isso, é urgente implementar um Programa de Recuperação Económica. Como nos últimos dias referiu várias vezes o Governador do Banco Central Europeu, é preciso explorar toda a flexibilidade dos Tratados Europeus.

É preciso recuperar a procura, de um modo sustentado. Apostar no investimento, que com este Governo caiu sempre. Melhorar as condições de financiamento, apoiar o empreendedorismo. Recorrer aos apoios europeus, implementando de modo célere o novo ciclo de fundos estruturais, para apoiar o investimento privado e público. A reabilitação urbana é um exemplo de uma aposta que recuperará milhares de empregos, ao mesmo tempo que dá mais competitividade às nossas cidades e ao turismo. O recurso

aos fundos comunitários para o apoio ao investimento ou para a requalificação dos portugueses é uma boa forma de apoiar a economia, e envolve um volume limitado de recursos nacionais.

Mas é possível e desejável fazer muito mais: parar com o corte de salários e pensões, que nada resolveu, e apenas estrangulou o consumo. Voltar a aumentar o Salário Mínimo Nacional, como defendem os parceiros sociais, repondo o seu poder de compra. Proponho que o seu valor em 2015 seja fixado em 522 euros, o que permite um ganho substancial, que recupera as perdas dos últimos anos, e ajudará os trabalhadores mais pobres e a própria economia, por via do aumento do consumo. É preciso valorizar as prestações de combate à pobreza, em particular dos idosos, crianças e famílias muito pobres, que foram cortadas de um modo inaceitável.

Esta estratégia pode ajudar a economia e o emprego, ao mesmo tempo que prossegue outro valor maior, a diminuição da pobreza, que com este Governo voltou a aumentar.

Qual deve ser a principal prioridade de um Governo socialista?

A prioridade tem de ser o crescimento económico e a política de emprego. O país recuou para níveis de riqueza de 2001 e está



numa recessão profunda desde 2008. É, por isso, necessário ter noção da situação de emergência que se vive hoje. A prioridade imediata de um futuro Governo socialista passa por recuperar a atividade económica, criar emprego, estabilizar expectativas, e dar confiança a trabalhadores e empresários que a instabilidade fiscal pertence ao passado. Para consolidar as contas públicas precisamos de uma economia sã e de criar mais emprego. Porém, a médio prazo, para garantirmos que a nossa economia pode produzir uma prosperidade que possa ser partilhada, para colocar o crescimento ao serviço da redução das desigualdades, para assegurar a sustentabilidade do Estado social, e da nossa dívida pública e privada, e para responder aos desafios da globalização económica, precisamos de transformar o perfil de especialização da nossa economia. Isto é trabalho para uma década. É por isso que defendo uma Agenda para a Década, que se suporta em quatro eixos fundamentais. A aposta na valorização dos nossos melhores recursos, os portugueses, o território e a língua. O investimento na Cultura, na Ciência e na Educação, bases da sociedade do conhecimento e do futuro. A modernização do tecido empresarial e do Estado. O reforço da coesão social, através do combate à pobreza, a valorização do trabalho

e o combate às desigualdades sociais,

Como é possível governar o país de forma substancialmente diferente com as imposições do Tratado Orçamental?

Como referi atrás, o Tratado Orçamental – uma solução errada que a União Europeia encontrou para responder ao problema dos défices e das dívidas dos Estados-membros – é passível de uma interpretação flexível e inteligente, e a dimensão da negociação das questões orçamentais a nível europeu não deve ser menosprezada. Não podemos ficar paralisados pelas restrições que, hoje, se esperam vir a colocar no futuro próximo ao Estado português, mas que dependem de uma contínua negociação política a nível europeu. Hoje sabemos que não estamos sós a pedir a revisão de metas orçamentais. Temos de saber estar no lado certo na negociação permanente que é a União Europeia.

Se for primeiro-ministro, que compromissos assume no que respeita ao combate ao trabalho precário e falsos recibos verdes?

A resposta a este problema tem uma dupla dimensão. Por um lado, precisamos de reforçar os mecanismos de inspeção. É fundamental, como em qualquer mercado, que as regras sejam

efetivamente cumpridas, – tanto pelos empregadores como pelos trabalhadores –, e para que tal seja possível, Portugal precisa urgentemente de reforçar os meios inspetivos existentes, aproximando Portugal do rácio recomendado pela Organização Internacional do Trabalho. Por outro lado, precisamos de encontrar formas de, a partir de soluções legislativas consensualizadas com os parceiros sociais, desincentivar o recurso aos recibos verdes e à precariedade em geral. Sabemos que apostando num programa de recuperação económica, conseguindo crescimento económico e criando emprego, num contexto de mudança de perfil da nossa economia, apostando em produtos e serviços de valor acrescentado através de um maior investimento na ciência, na educação e na cultura, conseguiremos reduzir substancialmente a importância dos sectores da economia que se suportam em baixos salários e na precariedade.

ser compreendidos sem perceber os desequilíbrios macroeconómicos que, por sua vez, não podem ser isolados da forma como funciona a economia da zona euro sob uma mesma moeda. Se os que representam os interesses portugueses nas instituições europeias se identificarem com, e reproduzirem narrativas mistificadoras e simplistas sobre a crise, então não é possível perceber o que se passou desde o início do século e, consequentemente, não é possível encontrar argumentos para defender instituições e políticas europeias que beneficiem e protejam Portugal. Se um país como Portugal não se souber defender, não souber enquadrar as suas prioridades na nova agenda europeia – e procurar, de forma inteligente e perseverante, aliados para a sua causa –, ninguém o vai fazer por si.

Como vê o facto de a direita ter desde há muitos anos ganho uma hegemonia ideo-

logica e cultural, ao mesmo tempo que se assiste à incapacidade dos partidos da Internacional Socialista gerarem uma alternativa sólida e eficaz ao neoliberalismo?

logicalistas) da crise e construir uma plataforma que, dispondo de mecanismos institucionais e orçamentais, permita que a esquerda europeia não seja apenas o somatório muito ineficaz das esquerdas nacionais. É esta armadilha que por vezes leva os partidos socialistas e social-democratas a ceder à ideia de que não é possível ter outras propostas políticas alternativas às da direita. A Europa enfraqueceu-se com esta divisão e os partidos socialistas perderam iniciativa e agenda. Temos de recuperar a agenda do progresso, do crescimento e do emprego.

Quais são, na sua opinião, os principais pecados do atual Governo de direita?

O primeiro pecado é, sem dúvida, aderir a uma explicação enviesada da crise que vivemos. Se não percebermos as causas do problema nunca conseguiremos encontrar uma boa solução. Depois, o radicalismo ideológico com que procuraram aproveitar a janela de oportunidade que o Programa de Ajustamento ofereceu para reconfigurar de forma duradoura as relações de poder na economia e a sociedade portuguesas (por exemplo, os equilíbrios existentes entre o setor público e o privado; entre trabalhadores e empresários; entre idosos e activos, etc.). Por fim, a falta de preparação e experiência para uma governação exigente num momento tão delicado para o país.

Como se sente ao ver Portugal como um dos países mais desiguais e com mais elevadas taxas de pobreza e desemprego da União Europeia?

A pior resposta é uma mistura de indignação com fatalismo ou, inversamente, com voluntarismo excessivo. A resposta fatalista incorreria no risco de ignorar, por exemplo, que, ao longo da década passada (e antes do advento da crise internacional), Portugal foi capaz de, como políticas públicas eficazes, reduzir os níveis de pobreza e aproximou-se da média europeia.

Mas devemos evitar também o voluntarismo excessivo que poderia levar a pensar que vamos conseguir recuperar o emprego e reduzir o desemprego para níveis anteriores a 2008 de forma célere. Os próximos anos serão decisivos para a recuperação económica e social. Espera-nos um período difícil, mas precisamos de o encarar com confiança e perseverar na procura nas melhores soluções para o país. ■

O nosso PS está bem vivo e desejoso pela mudança, porque tem a consciência que a mudança que o país precisa implica também, neste momento, uma mudança no partido

Como pode Portugal ter uma voz ativa e autónoma na Europa, nomeadamente no que respeita à defesa de uma outra política europeia que ponha o acento tónico na coesão social e criação de emprego?

Parte importante da solução dos nossos problemas exige uma mudança na Europa. É necessário corrigir as deficiências que a crise evidenciou da união monetária, compensar os efeitos assimétricos que o euro tem nas diferentes economias, recuperar os danos sociais e económicos provocados pelo ajustamento, encontrar um novo equilíbrio na gestão dos nossos compromissos que favoreça o crescimento sustentável, a criação de emprego, o controlo do défice e a redução da dívida. Uma condição necessária – mesmo que não suficiente – é recusar a narrativa que a direita difundiu sobre a responsabilidade da crise das dívidas soberanas – narrativa que, infelizmente para Portugal, o atual governo sempre subscreveu na íntegra. Os desequilíbrios nas contas públicas não podem

Como pode Portugal ter uma voz ativa e autónoma na Europa, nomeadamente no que respeita à defesa de uma outra política europeia que ponha o acento tónico na coesão social e criação de emprego?

Não me parece que a direita tenha ganho hegemonia ideológica e cultural. O problema fundamental que afecta os partidos da Internacional Socialista, pelo menos nos últimos 20 anos, e que dificulta a construção de uma alternativa ideológica e política, é um problema de ação coletiva: como cada partido tem de responder em primeiro lugar aos problemas nacionais, e sobretudo como esta crise gerou um conflito entre países credores (do norte da Europa) e países devedores (do sul da Europa), tem sido muito difícil alinhar aqueles que são vistos como os interesses nacionais (de curto prazo, pelo menos) com os interesses políticos partilhados pela esquerda europeia. Precisamos de pensar em formas de sair desta armadilha institucional que fortalece a propagação das leituras nacionais (ou na-

MOBILIZAR PORTUGAL

RAZÕES PARA AGIR

Há momentos na vida de um país em que não podemos olhar para o lado.

Portugal precisa de recuperar ambição estratégica, de iniciar a sua recuperação económica e social, de afirmar uma nova atitude na União Europeia de ganhar estabilidade e confiança.

É responsabilidade do PS construir uma nova maioria de Governo, que mobilize Portugal, na garantia da uma sociedade decente de um estado mais democrático, de uma agenda para a década que nos permita vencer os obstáculos estruturais que asfixiam o nosso desenvolvimento.

Três anos volvidos sobre a chegada ao poder do Governo de coligação entre o PSD e o CDS, a sociedade portuguesa revela uma clara vontade de mudar de estratégia, de políticas e de protagonistas. Uma ampla maioria social recusa a dinâmica de retrocesso social, a lógica de confronto permanente, o impasse político, a incerteza generalizada.

Três anos de governo PSD/CDS instalaram em Portugal uma dinâmica de retrocesso social; uma lógica de permanente confronto social, político e institucional; um bloqueio ao crescimento, ligado a movimentos longos da economia nacional agravados por três anos de política económica baseada exclusivamente na austeridade. E criaram mais descrença na própria democracia e na Europa.

Portugal perdeu, desde 2011, mais de 330 mil empregos e voltou a valores de população empregada equivalentes aos registados em 1995, comprometendo a inversão do empobrecimento e ameaçando a sustentabilidade do Estado social.

O desemprego ultrapassou os 15% em 2013. Atingindo mais de 37% entre os jovens, provocou um adiamento maciço de projetos de vida. Os mais de 13% de desempregados com mais de 55 anos representam o drama de uma geração que começou a ser afastada precocemente do mercado de trabalho e cujo regresso, em muitos casos, é extremamente difícil. Entre 2009 e 2012, mais 700.000 pessoas passaram a viver abaixo do que era considerado em 2009 o limiar de pobreza em Portugal, estando hoje nessa condição 2,5 milhões de mulheres, homens e crianças.

Agravaram-se as desigualdades sociais. As políticas de austeridade provocaram um nivelamento por baixo entre os rendimentos salariais médios e os mais baixos, ao mesmo tempo que aumentou a diferença entre os rendimentos salariais médios e os mais altos. Desinvestimos no

esforço de recuperação do défice de qualificações, o que agrava as desigualdades sociais e prolonga um dos principais bloqueios à modernização da economia. Essa tendência acentuou-se com o desperdício da geração mais qualificada de sempre: mais de 95 mil pessoas deixam anualmente o país à procura de trabalho e de oportunidades.

Como estratégia política, a maioria PSD/CDS tem fomentado a divisão e o conflito na sociedade portuguesa: entre os mais jovens e os mais velhos, entre os funcionários públicos e os restantes trabalhadores, entre o interior e o litoral, entre os pensionistas e os trabalhadores ativos.

A lógica de confronto como método político traduziu-se na permanente desvalorização da concertação social e num ataque persistente à negociação coletiva. Atingiu o próprio coração do Estado de Direito Democrático, com uma governação que desafia reiteradamente a Constituição da República Portuguesa e provoca o conflito institucional com o Tribunal Constitucional.

Desde o início do século que Portugal se confronta com um conjunto de impasses, que culminaram na situação presente: uma economia que não ultrapassou as suas fragilidades e que se encontra hoje bloqueada entre o cumprimento dos compromissos assumidos em matéria orçamental, a necessidade de reduzir os custos da dívida e a inexistência de condições para assegurar maiores níveis de crescimento económico e de desenvolvimento.

Os dados do PIB traduzem bem esse impasse: o crescimento anémico desde a viragem do século, as recessões de 2004 e 2008/9, tendo esta chegado quando se registava finalmente o início de uma tendência de crescimento económico. À crise financeira internacional somou-se a crise das dívidas europeias, em grande medida agravada pela desastrosa política de austeridade. Em resultado, para encontramos um valor do PIB idêntico ao registado no primeiro trimestre de 2014, temos de recuar ao ano de 2001.

E se considerarmos aquela variável que é estratégica para preparar o futuro – o investimento – será necessário recuarmos a antes de 1995 para encontramos valores tão baixos como os atuais.

A incerteza permanente, na área fiscal, nos rendimentos dos trabalhadores e pensionistas, minam a confiança e comprometem a retoma do investimento.

E com tudo isto, teremos sido eficazes na prossecução do objetivo central do programa de ajustamento, o controlo da dívida pública? Nem isso. A dívida pública, hoje acima dos 130% do PIB, ultrapas-

sa em cerca de 15 pontos percentuais o objetivo fixado pelo programa de ajustamento e é hoje mais pesada do que em 2010.

Para os socialistas, o desafio é, portanto, travar esta dinâmica de retrocesso social e reduzir as desigualdades. Travar a lógica do confronto e promover a coesão nacional. Desbloquear o crescimento sustentável e gerador de emprego. Por isso é, hoje, fundamental a capacidade de mobilizar forças para repor um clima de normalidade institucional e de concertação

A RESPONSABILIDADE DO PS

É necessária uma resposta política aos bloqueios e impasses que estão identificados, sob pena de poder juntar-se à crise económica e social uma crise grave da representação política. O contínuo aumento da abstenção, a descida acentuada das taxas de sindicalização, a descida constante nos indicadores de confiança na democracia, são sinais, portugueses e europeus, que devem alimentar a nossa reflexão – e, mais do que isso, a nossa ação. Por isso, o PS tem hoje uma responsabilidade acrescida perante a comunidade nacional.

A responsabilidade do PS é transformar a “maioria do contra” numa maioria de governo, liderar a construção de uma nova maioria política, consonante com uma nova maioria social, capaz de empreender um novo caminho para Portugal. O radicalismo ideológico, a violência social, a falta de resultados deslocaram as fronteiras políticas tradicionais, como o demonstra a derrota histórica dos partidos do governo nas eleições europeias, existindo uma ampla maioria que anseia por uma alternativa de governo.

Um mero rotativismo entre partidos diferentes para fazer aproximadamente o mesmo daria aos cidadãos a justificada desconfiança de que os partidos fogem ao seu dever democrático de oferecer ao País a oportunidade de uma verdadeira escolha. **A alternância sem alternativa, em tão grave momento, criaria mais desilusão, mais descrença, mais desconfiança. O país precisa agora de uma viragem: novas políticas, novos métodos, novos protagonistas.**

Só um PS forte será capaz de Mobilizar Portugal. Um PS que se resigne a ganhar por pouco, acederá, eventualmente, ao poder, mas sem capacidade para imprimir à governação um rumo verdadeiramente novo. O desencanto que daí resultaria seria grave para a própria

democracia. O PS não pensa ser a única força necessária para dar um novo fôlego a Portugal – mas o PS sabe que é sua responsabilidade, agora, ser o agregador determinante de uma nova maioria política e social. Em democracia há sempre alternativas e o PS assume a responsabilidade da sua construção.

É claro que o PS entende que uma maioria absoluta no Parlamento lhe dará melhores condições para Mobilizar Portugal. Mas nem uma maioria absoluta desviará o PS da procura dos compromissos políticos alargados e dos acordos de concertação social que melhor alicercem a mudança necessária no horizonte de uma década.

O tão abusado conceito de “arco da governação” não pode servir para justificar a exclusão sistemática de certos partidos da responsabilidade de governar. É na sua pluralidade que o Parlamento representa o país e não há qualquer razão para o PS ignorar as aspirações dos eleitores representados pelos partidos à sua esquerda. Os apelos ao consenso e ao compromisso não podem ser instrumentalizados, como já foram, para tentar proteger as políticas do atual governo para lá de futuras eleições. **O país não precisa de consensos artificiais e opacos** para que tudo fique na mesma. **O que o país precisa é de compromissos transparentes e assumidos**, onde as diferenças são o ponto de partida para convergências sólidas e relevantes, em torno de uma estratégia que vá para além de uma legislatura. Há um problema de governabilidade à esquerda, com raízes históricas e ideológicas profundas, que tem dado uma inaceitável vantagem estratégica à direita. A gravidade do momento presente obriga a enfrentar esse problema. **Que uma parte significativa do eleitorado há décadas não se envolva em nenhuma solução de governo, representa um empobrecimento da democracia.** Só por si, a contestação e a oposição não resolvem os problemas dos portugueses. **A esquerda que no Parlamento se senta à esquerda do PS não pode voltar a enganar-se de adversário**, porque no passado cometeu erros de avaliação que foram determinantes para eleger o atual governo PSD/CDS.

A necessidade da alternativa não permite deixar os portugueses na incerteza da governabilidade. Por isso, PS assume a responsabilidade de construir uma nova maioria para um novo ciclo.